

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Letras Estrangeiras Modernas
Graduação Letras- Inglês

Desafios de ensinar inglês para pessoas com deficiência visual no Instituto dos Cegos da
Paraíba: analisando os materiais didáticos

Gabriela Lyra Alves
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Andréa Burity Dialectaquiz

João Pessoa-Pb

2017

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Letras Estrangeiras Modernas
Graduação Letras- Inglês

Gabriela Lyra Alves

Desafios de ensinar inglês para pessoas com deficiência visual no Instituto dos Cegos da
Paraíba: analisando os materiais didáticos

Trabalho apresentado ao Curso de
Licenciatura em Letras da Universidade
Federal da Paraíba como requisito para a
obtenção do grau de licenciado em
Letras -Inglês

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Burity Dialectaquiz

João Pessoa-Pb

2017

Alves, Gabriela Lyra.

Desafios de ensinar inglês para pessoas com deficiência visual no instituto dos cegos da Paraíba: analisando os materiais didáticos / Gabriela Lira Alves. - João Pessoa, 2017.

40 f.:il.

Monografia (Graduação em Letras /Inglês) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Profª. Drª. Andréa Burity Dialectaquiz.

Gabriela Lyra Alves

Desafios de ensinar inglês para pessoas com deficiência visual no Instituto dos Cegos da Paraíba: analisando os materiais didáticos

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras no Curso de Letras-Inglês, da Universidade Federal da Paraíba.

Data de Aprovação: ____/____ de 2017

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Andréa Burity Dialectaquiz
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Betânia Passos Medrado
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Carla Lynn Reichmann
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Taísa Caldas Dantas
Examinadora Suplente

“Vinde a mim todos os que estais cansados de carregar
suas pesadas cargas, e Eu vos darei descanso.”

(Mt 11:28)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus que é Aquele de quem eu sempre tiro forças para continuar seguindo em frente, mesmo quando eu não tenho forças por mim mesma. Também a Virgem Santíssima, a quem me acorrentei em 2015, por ser exemplo de mulher e de escrava do Senhor.

Gostaria de agradecer a minha família, em especial aos meus pais, por sempre terem me ensinado os bons valores necessários para a vida. Sendo eles pessoas íntegras e honestas sempre me deram exemplo por suas atitudes, mas também gostaria de agradecerlos individualmente. Ao meu pai, Mario, que é um excelente profissional e que por muitas vezes teve que abdicar de se divertir e passar mais tempo com a família por estar trabalhando e se esforçando para nos dar a melhor educação possível, além de nos fornecer, graças a Deus, um estilo de vida bastante confortável que muitas pessoas não tem. A minha mãe, Stela, que parou de trabalhar quando a minha irmã mais velha nasceu e desde então tem estado em casa, cuidando de nós, zelando pela nossa educação moral e escolar, sempre de olho em suas filhas para que ter certeza que estas estariam fazendo o dever de casa e estudando para as provas.

Também não poderia deixar de fora as minhas duas irmãs mais velhas, Renata e Bruna que, quando pequena, me ajudavam também nos deveres de casa e sempre têm uma palavra de amiga para me dar.

Gostaria de agradecer ao meu namorado, Felipe, que foi quem me apoiou muito nesse último semestre tão turbulento, quem me acalmava na hora do desespero, quem me suportou enquanto a calma não vinha, quem apoiou o meu tema e viu a minha paixão por este crescer conforme a pesquisa se aprofundava, e por último, quem me se dispôs a revisar comigo a presente pesquisa.

Também a professora, Rosycléa Dantas, que me ajudou no estágio e também sempre me ajudava no assunto da pesquisa.

A minha querida orientadora, Andréa, quem eu confiei estar comigo nessa missão, que não foi nada fácil. Agradeço por ter confiado e acreditado em mim e no meu tema.

RESUMO

Para essa pesquisa, meu objeto a ser estudado foram os materiais didáticos nas aulas de inglês no Instituto dos Cegos da Paraíba. Porém não se resume somente a isso, também procuro, no primeiro momento, fazer um apanhado geral da história das conquistas das pessoas com deficiência (não somente a visual). Com isso seguimos para a análise de se o correto é “cego” ou “pessoa com deficiência visual” e em seguida vamos para a diferença entre cegueira e baixa visão. Dito isso, chega a hora de conhecer um pouco do Instituto em si. No segundo momento falamos sobre o ensino de língua inglesa como língua estrangeira, com isso iremos falar um pouco sobre as diferenças entre os alunos e que devem ser consideradas na hora da aula. Também se fala sobre as estratégias de aprendizagem para os alunos com deficiência visual e o que um professor de inglês como língua estrangeira deve fazer para dar aula para alunos cegos. No terceiro e último momento temos como tema o material didático para o ensino da língua inglesa, onde primeiramente veremos um apanhado geral e em seguida um olhar mais específico, voltados para os materiais didáticos de língua inglesa no Instituto. Com o fim do último momento teremos a conclusão. Esta pesquisa foi feita através de pesquisas feitas em livros, monografia, artigos e até mesmo coletando dados com as pessoas que trabalham no Instituto. Por ser uma estagiária do local há dois semestres, algumas coisas também foram escritas através das minhas observações e experiência lá vividas.

Palavras-chave: Materiais didáticos. Deficiência visual. Ensino de língua inglesa.

ABSTRACT

This research aims to study the didactic materials used in the english classes at Instituto dos Cegos da Paraíba. But is not only that, I also aim, in the first moment to show, in a general way, the history and conquests of disable people (not only the visual impairment). Having said that, the following topic is about the correct term, if it is “blind” or “visual impairment” and then we go on to the difference of blindness and low vision. Then we will know a little bit of the institution itself. In the second moment we will talk about the teaching of english as a foreign language and for that firs we will talk about the diferences from student to student and what we, teachers, need to consider in class. We will also talk about the different types of leraning startegies for blind students and what na english teacher as a foreign language should do when giving class for people with visual impairment. In the third and last moment, the theme is ditactic material for the teaching of english, in which firstly we will talk about it in a more general way and then in a more specific way we will turn our eyes to the materials in in the english classes at the institute. Right after that we have the conclusion. This research was done by the support of books, monographs, articles and even by colecting informations with the help of people who work at the institute. Being, myself, a intern in the place for two semesters in a row some of the thing written were also by the experiences that I had and observations that I made.

Keywords: Didactic material. Visual impairment. Teaching of english.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---------------------------|-----------|
| Ilustração 1..... | 25 |
| Ilustração 2..... | 25 |
| Ilustração 3..... | 31 |
| Ilustração 4..... | 31 |
| Ilustração 5..... | 32 |
| Ilustração 6..... | 32 |
| Ilustração 7..... | 33 |
| Ilustração 8..... | 33 |
| Ilustração 9..... | 33 |
| Ilustração 10..... | 34 |
| Ilustração 11..... | 34 |
| Ilustração 12..... | 35 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO I – UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE O INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA..... | 12 |
| 1.2: UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL..... | 14 |
| 1.3: CEGO OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL?..... | 18 |
| 1.4: BAIXA VISÃO..... | 19 |
| 1.5: CEGUEIRA..... | 19 |
| CAPÍTULO II - ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA..... | 21 |
| 2.1: CONSIDERANDO AS DIFERENÇAS DOS ALUNOS..... | 21 |
| 2.2: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM PARA OS CEGOS (EXPLORANDO AS QUATRO HABILIDADES)..... | 24 |
| CAPÍTULO III - MATERIAL DIDÁTICO..... | 28 |
| 3.1 – AUXÍLIOS ÓPTICOS..... | 29 |
| 3.2 – AUXÍLIOS NÃO-ÓPTICOS..... | 29 |
| 3.3 – AMPLIAÇÃO..... | 29 |
| 3.4 – LEITORES DE TELA E RECUSOS SONOROS..... | 29 |
| 3.5 – MATERIAIS NO INSTITUTO..... | 30 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 37 |
| REFERÊNCIAS | 39 |

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo principal analisar os materiais didáticos usados para o ensinamento da língua inglesa como língua estrangeira dentro do Instituto dos Cegos da Paraíba, analisando se estes são os materiais necessários e adequados para os estudantes, vislumbrando o papel do professor de língua inglesa. Consequentemente também almeja fazer com que as pessoas conheçam mais a realidade dos cegos e percebam que estes, em detrimento de suas deficiências visuais para aprender uma língua estrangeira, são tão capazes como qualquer outra pessoa. Para tanto, mostrar-se também um breve panorama histórico desde antes da década de 1970 até os dias atuais de como a situação destas pessoas foi se dando com o passar dos anos, superando barreiras e quebrando tabus.

O meu amor pelo tema “educação especial” é bastante recente e começou por acaso, quando eu “caí de paraquedas” no Instituto dos Cegos da Paraíba por causa do estágio supervisionado do curso de Letras – Inglês da Universidade Federal da Paraíba. Com isso as falsas crenças que carregava comigo foram sendo quebradas, pois os alunos mostraram-se extremamente capazes e demonstraram ser esforçados, cada um com seu talento, com sua individualidade, com suas limitações, tudo que qualquer pessoa, com deficiência ou não, tem. Com essa experiência, percebi que os alunos tinham tanto conhecimento e ensinamento a nos passar quanto nós, professores, a eles. Assim nasce dessa impagável experiência, esse presente TCC. Durante dois semestres consecutivos frequentei o instituto uma vez por semana durante as aulas de inglês, acompanhando as aulas, fazendo pequenas participações algumas vezes e uma vez por semestre fazendo a regência, com isso, fui observando os materiais didáticos que eram utilizados e a ideia para esta pesquisa foi nascendo aos poucos, pois, para mim, estava sendo oferecido muito pouco aos alunos, em se tratando de variedade de material didático, então procurei investigar sobre essa situação e se realmente está sendo ofertado aos alunos o máximo possível. Com essa pesquisa, almejo não só os objetivos já anteriormente citados, mas também divulgar a situação em si, que muitas vezes não tratamos as pessoas com deficiência como cidadãos, deixamos essas pessoas à mercê, por mais que existam as leis que oferecem apoio a estes, mas a sociedade não cumpre com seu dever de inclui-los. É de divulgação que estamos necessitando, pois é assim que conseguiremos com que hajam

mais discussões, palestras e também ir conscientizando a sociedade aos poucos de que devemos entender que não somos iguais e devemos ser tratados com equidade, porém isso nem sempre é respeitado.

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi através de observações pessoais feitas no local, pesquisa bibliográfica e em *sites*, conhecimento prévio e conversas mantidas no local com os funcionários. Dito isso, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresenta-se um histórico do instituto e das perspectivas da educação das pessoas com deficiência no Brasil, para em seguida falar sobre o termo correto ser “cego” ou “pessoa com deficiência visual” e os tipos de cegueira.

No segundo capítulo tem-se um apanhado geral sobre o ensino de língua estrangeira, explorando as diferenças dos alunos que devem ser levadas em conta pelo professor, juntamente com os diferentes tipos de estratégias de aprendizagem para cegos dando enfoque nas quatro habilidades (*listening, reading, writing e speaking*). Passado isso, entra-se no capítulo terceiro no qual é apresentado sobre materiais didáticos, inicialmente explanando sobre o material em si e em seguida expõe-se sobre auxílios que os alunos cegos podem (ou deveriam poder) contar. Com isso, também é são feitas considerações sobre a atual situação em escolas regulares para que finalmente possa-se falar sobre os materiais didáticos ofertados para os alunos no instituto.

CAPÍTULO I – UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE O INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA

Essa pesquisa consiste em analisar os materiais didáticos utilizados nas aulas de inglês como língua estrangeira no Instituto dos Cegos da Paraíba. Para isso, primeiramente é preciso conhecer um pouco do local em si.

O Instituto dos Cegos foi fundado em 15 de maio de 1944 pela senhora Adalgisa Duarte da Cunha em João Pessoa, com a finalidade de educar e incluir as pessoas com deficiência visual na sociedade. De acordo com o *site* da instituição, ela administrou o local por muito tempo, aprendeu o braille e escreveu os primeiros livros para alunos cegos. Como o nome já diz, é uma instituição que atende aos cegos, ensinando como sobreviver no mundo afora. Este conta com 29 funcionários efetivos, e destes, há 12 professores efetivos cedidos do Estado, 8 efetivados de convênio com o município e 1 voluntário na disciplina de inglês. O Instituto oferece curso de capacitação para professores em braille e soroban (aparelho de cálculo adaptado para pessoas com deficiência visual), nos quais estes também se informam sobre a legislação e recebem ensinamentos sobre baixa visão e terapia ocupacional.

Desde a sua fundação em 1944 até 2010, o local funcionava como escola regular, tendo turmas de primeira a quarta série. Devido a inclusão, a última turma que se formou no fundamental I no local foi em 2010. No ano seguinte os alunos foram encaminhados para escolas regulares, ou seja, hoje em dia não é mais uma escola, mas sim um apoio com o qual as pessoas com a deficiência visual contam. Apenas o EJA¹ funciona no local, porém faz parte da escola do município.

O local possui 404 usuários cadastrados, porém, nem todos recebem o mesmo atendimento, alguns são semanais, outros quinzenais, outros mensais e outros pontuais. Destas pessoas, 35 estão confirmados com microcefalia, 261 são cegos, 75 possuem baixa visão, 64 possuem múltipla deficiência e 4 possuem visão monocular. Apesar do grande número de cadastros, apenas 48 estão matriculados na escola regular e frequentam o instituto no contra-turno. Ainda têm 25 que são do EJA.

¹ De acordo com o *site* “mundo educação”, EJA é a sigla para “Educação para Jovens e Adultos. Trata-se de um “programa do governo que visa oferecer o Ensino Fundamental e Médio para pessoas que já passaram da idade escolar e não tiveram oportunidade de estudar”

Os alunos recebem aula de braille, educação física, aprendem a fazer tarefas domésticas, aprendem a usar a bengala, recebem apoio psicológico, entre outras coisas. Vale ressaltar que o local também oferece serviços de estimulação visual, informática, orientação e mobilidade, atendimento educacional especializado (AEE), terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, atividade motora, atividade musical e atendimento psicológico. Talvez possamos comparar o local a uma mini-cidade, onde os alunos se sentem livres para se movimentar e felizes por estarem ali. O intuito da instituição é dar para as pessoas com deficiência visual o acesso a uma educação que seja adaptada e assim estes alunos possam ter oportunidades equiparadas aos alunos que não possuem nenhum tipo de deficiência.

A instituição não tem turmas das matérias escolares. Funciona com itinerário, ou seja, os alunos recebem reforço do que está sendo visto nas escolas que frequentam. Porém as aulas de inglês funcionam de forma diferente, pois há pequenas turmas onde temos uma aula cheia de conversação, interação e brincadeiras.

Quando ainda funcionava como escola, os alunos tinham aula de inglês como uma matéria normal, após a inclusão, o inglês passa a funcionar como apoio pedagógico, isto é, passa a funcionar como um “reforço” para os alunos com os conteúdos de suas respectivas escolas regulares. Porém, em 2012, com duas professoras de inglês (professora Betânia Medrado e Rosycléa Dantas), surgiram turmas funcionando como uma escola de idiomas, ou seja, a professora passa o conteúdo, independentemente do que os alunos estão estudando nas escolas regulares. A professora Betânia (2014) conta que, em 2009 quando estava em um projeto de formação continuada acompanhando professores de língua inglesa em uma escola pública, uma dessas professoras relatou que estava encontrando certa dificuldade em sala de aula por ter alunos que apresentavam baixa visão e cegueira e diante disso usava a sua intuição e sensibilidade e materiais que pesquisava na internet para desenvolver uma aula que se adaptasse a esses alunos. Porém foi visto que era necessária uma base teórica para sustentar a prática da professora. “Esse trabalho inicial foi ampliado e desdobrado em vários outros nos quatro anos seguintes[...]. Os projetos foram ganhando outros objetivos[...] e envolvendo alunos de graduação e pós-graduação” (MEDRADO, Betânia. 2014, p. 23). Com isso, no ano de 2012, houve uma atuação por parte dos alunos de letras inglês, espanhol e francês no Instituto e dessa forma a professora Rosycléa começou a trabalhar no local.

Tantas mudanças foram e ainda são frutos de muitas entidades, organizações e indivíduos que mundial e nacionalmente se empenharam para transformar a vida das pessoas com deficiências.

1.2 – UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL:

Para entendermos como se dá a educação para pessoas com deficiência visual hoje em dia no Brasil, primeiramente olhemos para as décadas anteriores e como tais pessoas eram tratadas.

Fazendo uma retrospectiva histórica, sabe-se que até a década de 1970 as pessoas com deficiência de qualquer natureza eram tratadas de formas sub-humanas, trancadas dentro de casa, motivo de vergonha para a família, vistas como algum tipo de maldição por algum pecado muito grave que a família houvesse cometido. Ao citar Barbosa (2006), Dantas (2010, p. 19) ressalta que “buscava-se, nessa época, a proteção da sociedade contra o ‘adulto incapacitado físico ou moral’”. Isso quer dizer que, a sociedade olhava para as pessoas com deficiência com maus olhos e estas eram segregadas do convívio social.

Por serem tratadas como doentes e incapazes, a “educação” destas pessoas se dava através do aspecto médico-patológico, ou seja, o objetivo era tratar a deficiência para que a pessoa estivesse apta para viver em sociedade. Dantas (2010) destaca que naquela época era o aluno com deficiência que precisava ser transformado e não a escola. Dantas (2010) apud Barbosa (2006) expõe que

O movimento de “normalização” que se inicia nesse período, tem como objetivo tornar a vida das pessoas com deficiência o mais “normal” possível em relação às pessoas sem deficiência. Porém mesmo tendo esse foco, o sentido da normalização relaciona-se mais com a ideia de “aceitação das diferenças inerentes à condição da deficiência” (BARBOSA, 2006, p. 25).

É nesse movimento de “normalização” que surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61. Dantas (2010) afirma que tal lei se refere a pessoas com deficiência como “excepcionais” (no sentido negativo da palavra), pois elas ainda eram vistas como inferiores.

Na década de 1970 as coisas começam a mudar, mais especificamente no ano de 1973, quando houve a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), criado pelo Ministério da Educação. O CENESP passou a ser o órgão responsável pela gerência da educação especial no país. Segundo Dantas (2010)

esta instancia ministerial impulsiona na referida década e na seguinte ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com supedotação, mas configuradas principalmente por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. (DANTAS, Taísa. 2010, p 21)

Na década de 1980 mais mudanças ocorreram. Tal década foi marcada pela quebra da segregação educacional entre pessoas com e sem deficiência. A ONU declara o ano de 1981 como o “Ano internacional das pessoas com deficiência” e publica um documento com esse mesmo título. Segundo Dantas,

esse evento teve como objetivo convergir ações para a efetivação de igualdade de oportunidades para todos(as), de forma a garantir a plena participação social das pessoas com deficiência na sociedade, com condições de vida equivalentes a todos os demais cidadãos. (DANTAS, Taísa. 2010, p.22)

No final da década de 1980 a ONU publica a “Convenção dos Direitos da Criança”, que de acordo com Dantas (2010), tornou possível para que a criança fosse vista como sujeito de direitos. Este mesmo documento trouxe a discussão sobre “igualdade com respeito as diferenças através da doutrina de proteção integral”, que de acordo com a autora² a doutrina reconhece, entre outras coisas, “a condição peculiar da criança como pessoa em desenvolvimento, ainda não apta para se auto determinar e manter”, ou seja, a criança tem direitos e precisa de cuidados, pois ainda não tem condições de responder por si mesma.

Na década de 1990 houve duas declarações que foram marco para a educação dirigido às pessoas com deficiência: Declaração de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca³ (UNESCO, 1994).

² Rangel e Cristo (2007) apud Dantas (2010).

³ Documento elaborado em Salamanca, na Espanha, em 1994.

Segundo Dantas (2010) a Declaração de Educação para Todos objetiva mostrar caminhos e ter metas que colaborem para que se alcance as “necessidades básicas de aprendizagem de todas as pessoas”, sendo estas crianças, jovens ou adultos, trazendo uma atenção especial às pessoas que apresentem algum tipo de deficiência, “propondo a adoção de medidas para assegurar a igualdade de acesso à educação como parte integrante do sistema educacional”. Já em se tratando da Declaração de Salamanca, a autora afirma que se trata de um documento mundial onde temos algumas diretrizes que almejam desenvolver sistemas educacionais inclusivos, orientando assim os Estados-membros a fim de que estes desenvolvam escolas que acolham crianças “independentemente de suas condições pessoais”.

No Brasil, nessa década, em consonância com as mudanças internacionais, temos transformação no sistema educacional, a aprovação da nova LDB, em 1996, que representou um grande avanço em se tratando de educação especial. Ferreira (2004b, p.5) afirma que,

A LDB procurou responder as diretrizes internacionais estabelecidas pela Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO 1990) através do lançamento de campanhas nacionais e programas que visam garantir o acesso a educação para todo(a)s as crianças, jovens e adultos brasileiros. (FERREIRA, 2004b, p.5 apud DANTAS, 2010, p.30)

De acordo com Dantas (2010) as metas da LDB se destinam a todos os cidadãos, sendo estas pessoas com deficiência ou não. “Uma escolarização voltada para a cidadania; fundamentada nos princípios democráticos; [...] padrões mínimos de qualidade de ensino; atendimento gratuito em creches e pré-escolas, dentre outros”. (DANTAS, Taísa. 2010, p. 31).

Com o rompimento do milênio também tivemos leis no Brasil que foram importantes para a inclusão das pessoas com deficiência, pois apesar do apoio legal que se tinha, havia uma grande barreira que ainda separava as pessoas com deficiência do resto da sociedade, não tinha ocorrido uma mudança atitudinal, ou seja, apesar das leis, ainda havia (e ainda há) a exclusão por atitude, tem-se um olhar preconceituoso e segregacional para com qualquer pessoa que seja diferente daquilo que consideramos “padrão”.

As leis são primordiais para a condução de mudanças de atitude, Dantas (2010) destaca quatro leis importantes, são estas a Lei de Acessibilidade (2000), Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a Lei de Libras (2002) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

De forma sucinta podemos dizer que a Lei de Acessibilidade, que diz que ir e vir sem barreiras é um direito garantido às pessoas com deficiência e que o impedimento não está na pessoa com deficiência, mas sim na sua relação com o meio. Também, de acordo com a lei, deve haver equiparação de oportunidades e a observação do princípio do desenho universal⁴.

Já as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica garantem o direito do aluno com deficiência a educação nas escolas regulares de ensino comum, pois deve-se valorizar a diversidade humana e afirma que devemos ter o foco no ensino e na escola, bem como as formas e condições de aprendizagem e não na deficiência do aluno. Com essa lei, o princípio de inclusão (receber e ensinar igualmente a todos) é adotado.

A terceira lei estabelece a língua de sinais como a segunda língua oficial do Brasil e passa a ser disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, fonoaudiologia e cursos de licenciatura. Além de libras também propiciou a criação de cursos superiores especificamente para a comunidade surda (Letras/Libras e Letras – Libras/Português) e tornou-se obrigatória a presença de um intérprete de libras em sala de aula do ensino básico brasileiro.

Por último, tem-se a Política Nacional de Educação Especial que são “políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2008^a, p. 1 apud Dantas, 2010, p. 46), visando a democratização da educação, pois na prática ainda tem-se uma educação excludente e a política vem para que de fato haja uma educação inclusiva e de qualidade para todos e mais especificamente para “alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. (BRASIL, 2008a, p.14 apud DANTAS, Taísa. 2010, p. 47). Também de acordo com a autora, a política também visa garantir:

- Acesso ao ensino regular, com aprendizagem efetivas;

⁴ De acordo com Dantas (2010) o desenho universal é pensar que, ao projetar algo, o projeto tem que ser universal, ou seja, qualquer pessoa, seja ela deficiente (de qualquer tipo) ou não tem que ter acesso facilitado. Ex.: rampas em prédios; chão com textura diferente para o deficiente visual saber que chegou na esquina de uma rua; etc

- Transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Oferta do atendimento educacional especializado;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado; participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade arquitetônica nos meios mais diversos;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (DANTAS, Taísa. 2010, p. 14).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva começou em 2008, e finalmente em 2011 de fato houve essa mudança, portanto, os alunos com deficiência que antes frequentavam escolas especializadas foram para escolas regulares, tanto que, como citamos anteriormente, o Instituto dos Cegos funcionou como escola regular até 2010 e no ano seguinte, como escola especializada.

Avançamos nas leis, mas nossa atitude ainda precisa ser mais inclusiva e menos preconceituosa. Conhecer mais o que aflige os cegos ou o que lhes faz falta assegurado por lei pode ser um caminho para uma educação igualitária.

1.3- CEGO OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL?

Ao longo dos anos apareceram várias terminologias para se referir às pessoas com deficiência. Já tivemos “excepcionais”, “especiais”, “portadores” e “pessoa deficiente”. Essas terminações foram variando de acordo com os anos e entendimento das deficiências. O termo legal usado hoje em dia é “pessoa com deficiência”, pois estamos afirmando que a pessoa possui um certo tipo de deficiência, porém não é deficiente, ou seja, ela totalmente capaz de viver em sociedade e tomar suas próprias decisões.

O termo “cego” algumas vezes causa um certo receio, pois muitas pessoas que não estão acostumadas a lidar com isso acabam por achar que tal termo é pejorativo, porém esse termo é normal e nada preconceituoso (claro, se não for usado de tal forma).

1.4- BAIXA VISÃO:

Quando se pensa em pessoas com deficiência visual, é muito comum se pensar de imediato em pessoas totalmente cegas. Porém, dentro disso, também temos as pessoas que possuem baixa visão, que pode se apresentar de formas variadas. Pode atingir o campo visual, que de acordo com Arruda et al. (2010, p. 9), “corresponde a área total da visão” e se divide em visão central e visão periférica, ou seja, a baixa visão pode atingir um destes citados acima. Ainda segundo os autores, a baixa visão também pode atingir a acuidade visual, que “é a capacidade visual de cada olho (monocular) ou de ambos os olhos (binocular), expressa em termos quantitativos” (ARRUDA et al. 2010, p. 10), ou seja, é o grau que temos nos olhos para enxergarmos com nitidez o que está a nossa volta.

1.5- CEGUEIRA:

Primeiramente deve ser entendido que existem dois tipos de cegueira, a congênita e a adventícia. A diferença é que a perda da “visão manifestada durante os primeiros anos de vida é considerada cegueira congênita, enquanto a perda da visão de forma imprevista ou repentina é conhecida como cegueira adquirida ou adventícia” (ARRUDA et al., 2010, p. 30).

“Quanto mais cedo for diagnosticada, melhores serão as oportunidades de desenvolvimento e de providencias medicas educacionais e sociais de suporte para a realização de atividades cotidianas. A baixa visão pode ser causada por enfermidades, traumatismos ou disfunções do sistema visual que acarretam diminuição da acuidade visual, dificuldade para enxergar de perto e/ou de longe, campo visual reduzido, alterações na identificação de contraste, na percepção de cores, entre outras alterações visuais” (ARRUDA et al., 2010, p. 8).

Também de acordo com os mesmos autores acima citados, quando a perda da visão ocorre desde o nascimento ou os primeiros anos de vida, a criança elabora uma forma própria de ver o mundo e conhecer aquilo que a cerca, por isso a criança deve ser estimulada para que com o passar do tempo esta possa se tornar uma pessoa independente,

mesmo com suas limitações. Por isso a importância do apoio familiar, pois toda criança para aprender a se desenvolver, necessita da ajuda dos pais. Quando a criança possui deficiência visual, é necessário que se descubra logo, pois quanto mais cedo esta conseguir se adaptar, melhor.

“A criança com cegueira não tem as mesmas possibilidades de comunicação e interação que uma criança que enxerga [...]” (ARRUDA et al., 2010, p. 30), por exemplo, a visão favorece a mobilidade da criança chamando a sua atenção, por isso que brinquedos infantis são tão coloridos. A visão favorece para que a criança brinque, corra, explore e tenha de independência para participar dessas brincadeiras. Mas então, como lidamos com as crianças com cegueira?

“[...] É necessário provocar o interesse e a curiosidade dela e orientar suas atividades para que possa conhecer e identificar fontes sonoras, mover e localizar o corpo no espaço, aprender o nome, o uso e a função das coisas, usar o tato para identificar a forma, tamanho, textura, peso, consciência, temperatura, entre outras propriedades do objeto.” (ARRUDA et al., 2010, p. 30)

Ou seja, por mais que a criança possua a deficiência visual, não devemos deixá-la dentro de uma bolha, tranca-lo em casa ou ter vergonha, é necessário apresentá-la ao mundo de uma forma diferente, desde o início, para que esta se torne um adulto cheio de possibilidades na vida.

O processo de educação de pessoas com deficiência passou por diversas fases, desde serem mal tratados até uma educação inclusiva, porém a mudança atitudinal dos cidadãos envolvidos ou não com a educação precisa ser mais efetiva. Em se tratando de professores, a atitude inclusiva tem que estar em seu ser, pois quem exerce essa profissão tem que saber que lidar e conviver com diferentes pessoas.

CAPÍTULO II - ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL:

Com tantas mudanças políticas e econômicas no cenário nacional, o ensino de línguas e principalmente de inglês vem sendo cada vez mais procurado. As pessoas querem aprender línguas, seja para ascender no trabalho, entender um filme, ler artigo, pensando em estudos fora do país ou simplesmente para passar no vestibular. Com isso, vemos cada vez mais as escolas de idiomas (escolas livres) e escolas bilíngues surgindo e tomando espaço. No entanto, percebe-se que, apesar das várias escolas estarem tomando espaço, muitas vezes falta uma preparação do professor e da instituição de ensino para receber o aluno com deficiência, no caso específico, visual. Quando se escolhe ser professor, é com seres humanos diferentes que estamos lidando, cada um com sua individualidade, que deve ser respeitada. Outro ponto-chave da profissão é a paciência e ainda mais em se tratando de ensino de língua estrangeira, pois não é fácil ensinar e nem aprender uma nova gramática ou um novo meio de pronunciar, isso sem contar que os alunos podem ficar retraídos, com medo de falar, de errar e mais uma série de coisas que devem ser levadas em consideração. Na aula de língua estrangeira é bem comum o professor lançar mão de diversos materiais didáticos como imagens (figuras e fotos), mapas, folhetos promocionais e tantos outros materiais que julgue relevante para a atividade, não importando se o aluno tem ou não deficiências. Entretanto, quando se tem um aluno ou um grupo de alunos cegos parece que os professores se esquecem dessas estratégias de ensino.

2.1 – CONSIDERANDO AS DIFERENÇAS DOS ALUNOS:

Apesar de a acessibilidade ser algo cada vez sendo mais presente no Brasil e no mundo, ainda há muito a ser feito, não só no quesito acessibilidade, mas os próprios cidadãos precisam re-conceitualizar quando se trata de deficiência, atenção redobrada quando se é professor, pois as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência ainda são por muitas vezes tratadas como incapazes ou são superprotegidas. A questão é, como um cidadão pode se desenvolver e se preparar para viver em sociedade, de forma autônoma, se são vistos (e tratados) de tal maneira? Muitas pessoas não conquistam essa autonomia, não pela deficiência em si, mas por não terem sido estimuladas a isso. “A criança com cegueira deve aprender a lidar com riscos e limites reais e não imaginários, bem como aprender a lidar com a própria limitação. Não há porque ignorar ou negar a

falta de visão” (DOMINGUES; SÁ; CARVALHO; ARRUDA; SIMÃO. 2010, p. 34). No artigo “Novas tecnologias e novos olhares: um caminho para a inclusão de pessoas com deficiência visual” o autor afirma:

“[...] Estou convencido de que não há pessoas com deficiência. O que há na verdade, é uma sociedade deficiente. As pessoas são muito diferentes. Simplesmente isso.[...] Umas não enxergam o mundo, pelo menos não com os olhos. O mais lamentável, entretanto é que há algumas pessoas incapazes de enxergar as outras, seus semelhantes[...]. (FONTANA, Marcus IN MEDRADO, Betânia. Deficiência visual e ensino de língua estrangeira, política, formação e ações inclusivas. 1.ed. Campinas: Pontes, 2014. p.58)

Essa situação não é diferente no ambiente escolar. Muitas vezes o aluno com deficiência é deixado de lado, ou somente com a cuidadora, talvez porque o professor ou ignore ou porque não saiba como incluir o aluno nas atividades. Esta “cegueira” do professor pode se dar também com alunos hiperativos, retraídos e até mesmo com os alunos mais inteligentes da sala. A questão é que os alunos com deficiência já sofrem muito com exclusão em vários ambientes, as vezes até mesmo em casa. No ambiente escolar, espera-se que o educador inclua integralmente a turma, considerando que nem todos aprendem da mesma forma, tendo deficiência ou não, cada aluno tem sua forma de aprender e tem seu tipo de inteligência. Para corroborar este pensamento recorreremos a Gama (1998) sobre a teoria das inteligências múltiplas de Gardner, mostrando as implicações na educação. Segundo Gardner existem sete tipos de inteligência: linguística, musical, lógico-matemática, espacial, cinestésica, interpessoal e intrapessoal.

A inteligência que uma pessoa possui não é necessariamente a mesma que outro indivíduo possui, cada um tem um tipo diferente, e ter um certo tipo de inteligência não torna as pessoas menos ou mais capazes que outra. Ou seja, a pessoa que possui inteligência musical não é mais nem menos capaz do que uma pessoa que possui inteligência linguística. Mas não somente isso, além das inteligências, as pessoas ainda possuem diferentes tipos de estratégias de aprendizado, isto é, cada pessoa busca seu próprio caminho, toma suas próprias decisões de como é melhor, mais rápido e mais eficiente. De acordo com Malta

Operações acionadas para auxiliar no processo de aprendizagem, aquisição, armazenamento, recuperação e uso da informação(...) são ações específicas realizadas pelo aprendente para tornar o aprendizado mais fácil, mais rápido, mais agradável, mais autônomo, mais eficaz e mais adaptável às novas situações. (OXFORD, 1990, p.8 apud MALTA, Gleiton IN MEDRADO, Betânia. Deficiência visual e ensino de língua estrangeira, política, formação e ações inclusivas. 1.ed. Campinas: Pontes, 2014. P.80)

Com isso vemos que, assim como as inteligências variam de pessoa para pessoa, as estratégias também mudam, existem pessoas que preferem aprender por associações mentais, alguns pela repetição e outras ainda pela análise e reflexão, dentre muitas outras estratégias.

Dito isso, vemos que tudo é mais complexo do que o professor simplesmente seguir um livro didático e passar a informação para o aluno. Em se tratando do aluno com deficiência visual, não basta transcrever um material para braille ou traduzir as informações. Independentemente de haver alguém com deficiência ou não em sala de aula, o professor deve ter em mente que existem vários tipos de inteligência e deve tornar a informação acessível a todos os alunos. O professor também deve entender que cada aluno tem a sua estratégia e o seu ritmo, e isso os diferencia, porém não indica quem é mais ou menos capaz. No contexto educacional ideal, essa tomada de consciência do professor parece algo óbvio, entretanto, também temos que considerar uma realidade, por vezes cruel, que leva o professor a trabalhar durante os três turnos para ter um bom salário no final do mês e muitas vezes não sobra tempo para estudar, se atualizar com novos métodos e novos recurso. O que também pode acontecer é a própria escola não disponibilizar os recursos necessários, deixando o professor de mãos atadas, fazendo suas aulas como se todos os alunos fossem iguais e/ou como se houvesse uma fórmula fixa para ensinar e aprender.

2.2 – ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM PARA OS CEGOS (EXPLORANDO AS QUATRO HABILIDADES):

Quando pensamos em ensino de inglês como língua estrangeira, pensamos logo em *writing, listenning, speaking e reading*. Estas quatro habilidades do ensino fazem parte da sala de aula, porém o professor não deve ficar somente se baseando pelo livro, nem nas atividades extras que todos já conhecemos, como por exemplo *fill in the gap* para treinar *listenning*. Ao lecionar inglês como língua estrangeira, deve-se considerar o desenvolvimento das quatro habilidades (*listenning, speakig reading e writing*), de forma equitativa ainda que, o aluno “escolha” ou “prefira” uma em detrimento as outras. Fala-se muito sobre as quatro habilidades integradas frequentemente, apresentadas nos livros didáticos de língua inglesa, principalmente aqueles utilizados em cursos livres de idiomas.

Uma das coisas a ser considerada, no entanto, é como um aluno cego pode se desenvolver nas quatro habilidades sem ter acesso a um livro didático que esteja em braille, para os que leem nesse código, sem falar nos alunos com baixa visão. Nesse momento entra o professor inclusivo, aquele que pensa “fora da caixa” e quando se trata de ensino de inglês para alunos que possuem deficiência visual, a criatividade é um ponto-chave na aula do professor. Essencialmente, o aluno com deficiência visual precisa do toque do professor, para chamar-lhe a atenção, dar uma ordem ou concretizar algo que está abstrato para o aluno. Por exemplo, se o aluno não sabe o que é “two” (dois) é bom que o professor o toque com dois dedos para que este entenda, diferentemente do aluno vidente onde uma sinalização bastaria.

Com base em experiências pessoais no Instituto dos Cegos da Paraíba, observei que era preciso que o professor tivesse criatividade para desenvolver as habilidades dos alunos, utilizando materiais em braille e também objetos que os alunos pudessem tocar e sentir. O professor vai ajustar isso com a lição que está sendo dada independentemente da habilidade em foco. Por exemplo, em uma aula que será trabalhado o vocabulário de “comida”, para um momento inicial, já que o professor não pode levar imagens, este tem a possibilidade de levar comida de verdade, ou pedir para que cada aluno leve algo que goste de comer e em sala de aula compartilhar entre eles, utilizando-se do toque das mãos para ler os elementos.

A criatividade do professor também interfere quando se trata de não ter objetos em braille, por exemplo, em uma atividade de escuta (*listenning*), onde os alunos que não

possuem deficiência visual trabalham com uma música completando os espaços em branco com a letra da música (*fill in the gaps*). Com os alunos cegos pode-se por exemplo, dar e falar uma palavra para o aluno, explicar para este o que significa e quando a música tocar pedir para ele levantar a mão quando ouvir a palavra pedida.

Para uma atividade de leitura (*reading*), o professor que tenha um aluno com deficiência visual em sala de aula, tem que ter consciência de que não pode aplicar um texto muito longo, pois a leitura em braille é cansativa, por ser mais lenta e tomar mais tempo. Além disso, o braille toma muito espaço em uma folha, ou seja, até mesmo o volume do material deve ser levado em conta pelo professor, que não deve abrir mão de trabalhar escrita e leitura com os alunos, porém ter essa consciência e paciência de que um texto mais longo se torna mais trabalhoso para estes.

Para trabalhar um tópico gramatical, uma opção bastante interessante é a utilização de objetos semelhante ao material *Cuisenaire*, montando para os alunos uma estrutura frasal. O material *Cuisenaire* é composto por diferentes peças, tamanhos e cores diversas, às quais o professor atribui uma função /representação sintática. Quando o objetivo de utilizar do material for para trabalhar um tópico gramatical, o aluno cego parte de algo concreto e palpável para algo abstrato na construção de uma frase. Observemos a ilustração abaixo:



(ilustração 1)

I like pizza.



(ilustração 2)

I don't like pizza.

Com as figuras, vemos um exemplo de como o processo de algo abstrato para algo palpável pode ser feito, pois como os alunos estão sendo expostos a uma nova língua e não tem o apoio de um livro didático, muitos podem pensar que estão falando somente uma palavra, quando na verdade estão falando duas, ou vice-versa, por isso é interessante que o professor tenha essa saída para ilustrar a gramática a qual esses alunos estão sendo expostos.

Como dito anteriormente, os alunos não têm o apoio de um livro didático nas aulas de inglês do instituto, então durante toda a aula o que acaba sendo mais trabalhado é a fala (*speaking*). Em se tratando disso, o professor deve trabalhar com o aluno a auto-confiança, para que se sintam à vontade em falar e errar, além disso, o professor também tem que puxar seus alunos para que estes falem inglês sempre mais e mais.

Uma atitude motivadora e solidária/acolhedora por parte do professor ajuda no desempenho de alunos com ou sem deficiência. Vale ressaltar a importância do professor saber ler braille, em se tratando de alunos com deficiência visual, para que o professor consiga ajudar o aluno no que for necessário, por exemplo, a professora regente do estágio de Letras – Inglês pela UFPB no instituto relatou que, em um de seus primeiros dias no local, ela pediu para que os alunos escrevessem algo e estes assim fizeram. Quando ela cobrou a atividade de volta para corrigir, os alunos ficaram abismados de saber que a professora conseguia ler braille e pediram para fazer de novo, ou seja, os alunos escreveram qualquer coisa na atividade menos o que foi solicitado pela professora. Outro exemplo é algo que presenciei muito no instituto: quando o aluno está lendo (com seus dedos) algum texto que a professora pediu e por algum motivo este tira seus dedos da folha, consequentemente se perde, e se for tentar retomar sozinho, isso talvez (dependendo do tamanho do texto, ou do quão aquele aluno sabe braille) tome algum tempo, então o que ocorre é que o professor deve ajudar aquele aluno para que ele retome rapidamente. Como vimos até então, para ensinar inglês como língua estrangeira para alunos cegos, o professor deve, antes de tudo, compreender e respeitar a inteligência, as estratégias e o ritmo de cada um.

- Ser criativo ao preparar as aulas e atividades;
- Entender que a leitura do braille se dá em um ritmo mais lento do que a leitura visual;
- Saber que os alunos, por vezes precisaram de algo concreto para que algo abstrato seja entendido;
- Trabalhar a auto-confiança nos alunos;
- Saber ler e escrever em braille.

Estas são outras competências que o profissional de língua estrangeira também deve ter para facilitar a aprendizagem do aluno. Claro que, com o apoio de materiais didáticos a aprendizagem se dará de forma mais eficiente. Tais materiais podem ser

encontrados no mercado ou produzidos pelo professor que, lançando mão de suas competências, avalia a situação do aluno e desenvolve um material que podem ser livros, jogos entre outras coisas.

CAPÍTULO III - MATERIAL DIDÁTICO:

Para tratar de material didático, primeiramente temos que entender o que é um material didático. “O material didático pode ser amplamente definido como produtos pedagógicos utilizados na educação e, especificamente, como o material institucional que se elabora com finalidade didática” (BANDEIRA, Denise, 2009, p.14), ou seja, é o objeto que será um elemento de mediação entre o professor e o aluno, isto é, entre a matéria que está sendo exposta e o entendimento do aluno. A autora também explica que os materiais podem ser divididos em três categorias: impressos, audiovisuais e novas tecnologias.

Fazendo um breve resumo sobre estas três categorias, os materiais impressos abrangem por exemplo, caderno de atividades, guia do aluno, guia do professor, livro didático, livro paradidático entre outras coisas. Já os audiovisuais se refere a imagem e som, ou seja, pode ser considerado recurso audiovisual, por exemplo trilha sonora, música, diálogos, ruídos, dramatização, imagem, simulação, animação, etc, e por fim temos as novas tecnologias ou novas mídias. Primeiramente, temos que entender que “o conceito de mídias [...] significa meios de comunicação ou canal, identifica o recurso pelo qual a informação pode ser transmitida” (BANDEIRA, Denise, 2009, p. 21), ou seja, nessa categoria podemos colocar CD, CDROOMS, e a própria internet.

Por último, a autora nos faz entender que para escolher o material didático a ser utilizado, algumas variantes devem ser levadas em consideração, como por exemplo as “condições de oferta e finalidade do curso, a proposta pedagógica, a duração e carga-horária, o público-alvo” e outras coisas. Portanto, a escolha e utilização de um material didático ou a combinação deles demanda certas reflexões por parte do professor. Sob uma ótica específica, deve-se entender que tem muito mais por trás disso. Tem-se que entender que para adquirir uma simples folha de atividade para os alunos que não possuam deficiência visual, o professor terá que preparar o material num computador e conseguir o número de cópias necessária, portanto, é interessante que a escola disponibilize pelo menos uma impressora ou uma copiadora. Com isso, vemos que assim como acontece com os alunos sem deficiência de contarem com o auxílio de um recurso tecnológico (mesmo que de forma indireta), os alunos com deficiência também contam (ou deveriam poder contar) com esse auxílio, porém, nesse caso, precisamos de coisas mais específicas.

3.1 – AUXÍLIOS ÓPTICOS:

Auxílios ópticos são utilizados por alunos de baixa visão que ainda conseguem ler, porém, necessitam do auxílio de lentes de aumento, favorecendo assim o uso da própria visão do aluno. Os auxílios podem ser, por exemplo, lupas, óculos bifocais e telescópios.

3.2 – AUXÍLIOS NÃO-ÓPTICOS:

Os auxílios não ópticos se referem a iluminação, ao ambiente, mobília e os recursos usados pelos alunos para ler e escrever. “São considerados auxílios não-ópticos: iluminação natural do ambiente; uso de lâmpadas incandescente e/ou fluorescente no teto; contraste nas cores[...]” (DOMINGUES; SÁ; CARVALHO; ARRUDA; SIMÃO. 2010, p. 12).

3.3 – AMPLIAÇÃO:

Trata-se do aumento da fonte, porém não é somente isso. Cada aluno, de acordo com a sua baixa visão, tem uma fonte específica. Além disso, também deve ser considerado “o espaçamento entre as letras e as linhas, o tamanho das margens, o tipo de papel, a cor e o brilho”. (DOMINGUES; SÁ; CARVALHO; ARRUDA; SIMÃO. 2010, p. 13)

3.4 – LEITORES DE TELA E RECURSOS SONOROS:

Tanto alunos com baixa visão quanto alunos cegos podem utilizar desses recursos. Os alunos com baixa visão podem sentir fadiga visual e então recorrem aos leitores de tela e recursos sonoros. Para os alunos cegos, este também é um excelente recurso, por exemplo, se na sala houver um aluno cego, porém que não possui o domínio do braille, o professor pode passar as atividades para o computador destes alunos através de um pen drive, para que este possa acompanhar melhor a aula e realizar as suas atividades, com o auxílio do leitor de tela.

Lembrando que os auxílios não são materiais didáticos, porém como o nome diz, auxiliam tanto o aluno como o professor em sala de aula para que tudo ocorra de forma mais fluida. Podemos dizer que são muitos os cuidados que um professor deve ter ao selecionar o material didático a ser utilizado com pessoas com deficiência visual, não se trata apenas de adaptar materiais existentes, mas desenvolver materiais para esses alunos.

É importante salientar que o governo federal brasileiro já tem o projeto “Livro acessível” que, de acordo com o MEC, objetiva promover a acessibilidade, assegurando livros em formatos acessíveis para alunos com deficiência visual que estejam matriculados na educação básica da rede pública. Com isso a escola tem que fazer a solicitação para que o livro venha para o aluno que tenha a deficiência. Esse projeto também disponibiliza para os alunos os livros em Mecdaisy (Desenvolvimento do Sistema de Informação Digital Acessível), que de acordo com o *site* “tecnologias na educação” é um software que lê os livros para os alunos.

O que encontramos também nas escolas são as “salas de recursos multifuncionais” que, também de acordo com o MEC objetiva “disponibilizar aos sistemas públicos de ensino, equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, com vistas a apoiar a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado – AEE”. Essa sala existe em dois tipos, o 1 e o 2. A sala tipo 1 é mais básica e atende alunos com qualquer tipo de deficiência e a tipo 2 é exclusiva para alunos com deficiência visual. Ainda de acordo com o MEC, algumas das coisas que estão na lista de equipamentos da sala tipo 2 inclui: uma impressora em braille, três regletes de mesa, cinco sorobans, sete globos terrestres adaptados, entre outras coisas. Além disso, na sala de recursos os alunos contam com um professor especializado para trabalhar com eles.

De modo geral, até agora vimos o que é um material didático e suas categorias, bem como os auxílios que os alunos com a deficiência visual podem contar e não deixamos de fora o que o governo federal faz nas escolas regulares. Tendo isso em mente, é chegada a hora de falar sobre os materiais didáticos que o IcP oferta para seus alunos.

3.5 – MATERIAIS NO IcP:

O instituto oferece para os alunos materiais impressos em braille e fontes ampliadas, além do soroban e alguns jogos de mesa. Os alunos também são muito

auxiliados pela tecnologia, como o aplicativo “DitanGo”⁵, que converte qualquer tipo de texto em áudio. Porém, muitos materiais extras que se utilizam em sala de aula (áudio, jogos, tabuleiros, dados, entre outras coisas) são produzidos pela própria professora de inglês. Vejamos alguns exemplos abaixo dos materiais que estão no instituto:



(ilustração 3)

- jogo de blocos (*Cuisenaire*) para ilustrar como é montada a estrutura gramatical de uma frase (não é um material necessariamente para as aulas de inglês).



(ilustração 4)

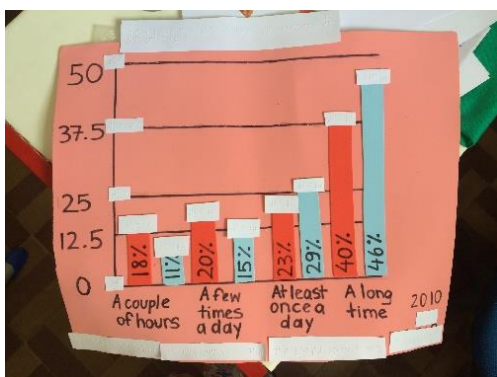
- jogo de dominó em alto relevo. Promove atividades interativas entre os alunos (não é um material necessariamente para as aulas de inglês).

⁵ Aplicativo gratuito, feito por um brasileiro que, em sua própria descrição, “tem como objetivo principal ampliar o acesso a leitura, permitindo que os usuários convertam qualquer tipo de texto em áudio de alta qualidade”. Também está disponível no *site* “ditango.com.br”.



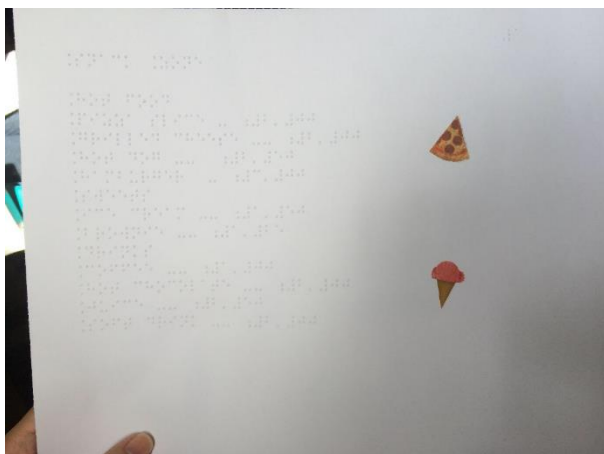
(ilustração 5)

- jogo de formas geométricas, para explicar as formas para os alunos. Também serve para promover interação, por exemplo, a professora distribui entre os alunos e estes se dividem em grupos de acordo com as formas, ou seja, quem tem triângulo faz um grupo, quem tem quadrado outro grupo e quem tem círculo forma o último grupo (não é um material necessariamente para as aulas de inglês).

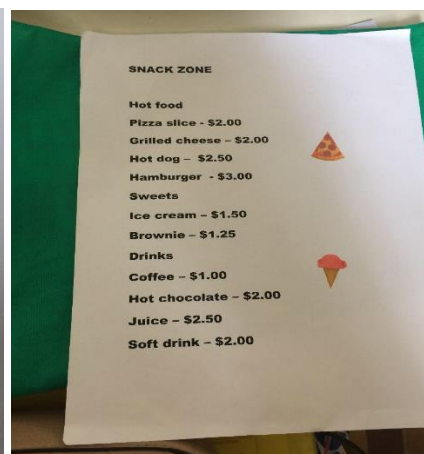


(ilustração 6)

- Material didático produzido por duas estagiárias. Se trata de um gráfico em alto relevo que mostra a porcentagem de pessoas que ficam sem olhar o *facebook*. As folhas brancas coladas no quadro estão em braille. Essa atividade se deu para mostrar aos alunos como um gráfico é produzido e para que estes façam uma discussão e reflitam sobre a tecnologia em suas vidas.



Cardápio em braille
(ilustração 7)



Cardápio em fonte ampliada
(ilustração 8)

- Material produzido pela professora para uma aula sobre comida. Se trata de um cardápio onde os alunos trabalharam vocabulário e em seguida produziram seu próprio cardápio. A primeira ilustração está em braille e a segunda está ampliada para alunos com baixa visão.



(ilustração 9)

- Na ilustração temos um telefone produzido pela professora para ensinar aos alunos sobre “calls” (ligações), onde ela pediu para que os alunos formassem duplas para pôr em prática a lição que foi dada.



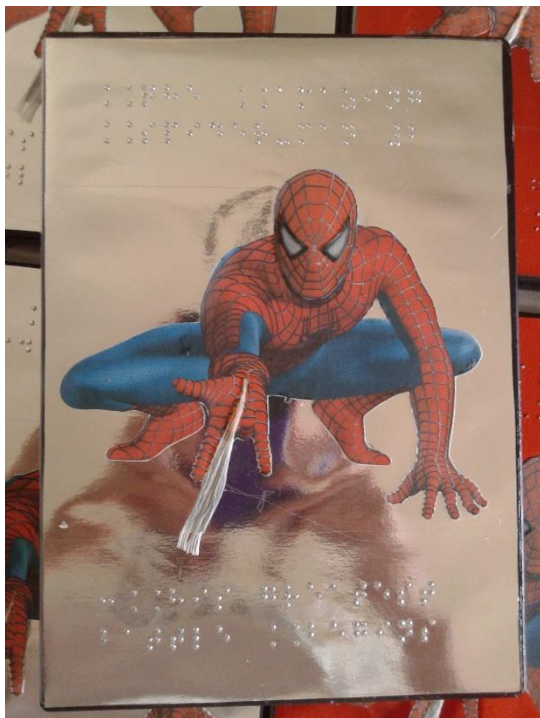
(ilustração 10)

- Aqui temos um jogo de tabuleiro. Cada número possui um alto relevo em braille para que tanto os alunos com cegueira tanto com baixa visão consigam se guiar sozinhos. O mesmo vale para o dado, que tem os números marcados por tampinhas de refrigerante e é colorido para que todos possam aproveitar o jogo. O tabuleiro, nas observações que fiz, foi usado para que os alunos retomassem a lição sendo feitas perguntas para que estes respondessem de acordo. As perguntas variavam de acordo com os números. O tabuleiro também foi produção da professora.



(ilustração 11)

- Produzido pela professora para que esta trabalhasse com os alunos o gênero de mensagem “whatsapp” para que os alunos cegos que não possuem memória visual do aplicativo o conhecessem de forma que pudessem apalpar. O mesmo cartão foi produzido em duas fontes diferentes (para os alunos com baixa visão) e o ultimo está em braille para os alunos cegos.



(ilustração 12)

- Produção da professora da capa do dvd do filme “Homem-Aranha” para trabalhar com os alunos o gênero “sinopse”. Os alunos cegos (que não possuíam memorial visual) não sabiam como era a capa de um dvd.

O que notamos até aqui é uma semelhança com o que acontece em uma sala de aula convencional; o professor adapta, cria, procura caminhos para levar o aluno a aprender e aplicar essa aprendizagem a seu favor. Obviamente que, o tempo de preparação de um exercício em braille é muito maior e exige um planejamento mais “rígido” do professor, talvez na tentativa de minimizar interferências no processo.

Nas aulas de inglês do IcP, vi a professora adaptar jogos, brincadeiras e confeccionar materiais diversos, com isso, percebi que qualquer coisa pode virar um material didático para cegos e não cegos, pois o valor do material didático está em como este é utilizado, tendo sempre um objetivo pedagógico. Vi um estojo sendo passado de mão em mão para marcar o início e o término de uma tarefa lúdica com música. As atividades, apesar de serem adaptadas, não são absurdamente diferentes das atividades para alunos videntes, é necessária uma junção de criatividade e percepção do professor.

Os materiais ofertados para os alunos de inglês no IcP, não vão muito além dos materiais exemplificados, pois não existem outros meios. Em se tratando da língua inglesa, não há livros em braille nem em fontes ampliadas, pois para as editoras isso não é algo rentável. Essa dificuldade não é só no Brasil, editoras como Cambridge e Oxford,

por exemplo, produzem o material em braille, porém, é necessário enviar uma solicitação as editoras, acompanhada de toda uma documentação para provar que quem está solicitando tais materiais é alguém que de fato tem a deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Na introdução, primeiramente foi exposto uma breve perspectiva histórica sobre pessoas com deficiência no Brasil. Nisso é sabido que antes da década de 1970 as pessoas com deficiência eram tratadas de forma sub-humana e eram segregadas do convívio social. Porém, conforme os anos passam as coisas mudam.

Na década de 1970 tem-se a criação do CENESP pelo Ministério de Educação, que é o órgão responsável pelo gerenciamento de educação especial no país, e na década de 1980 temos o “Ano internacional das pessoas com deficiência” que objetiva garantir a participação de pessoas com deficiência na sociedade. Também na mesma década temos a “Convenção dos Direitos da Criança” que reconhece que a criança também tem direitos e necessita de cuidados por não ter condições de responder por si mesma.

Em 1990 se tem dois marcos: a Declaração de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca. Esta primeira objetiva dar condições básicas para que todos tenham acesso à educação, já a segunda pretende desenvolver sistemas educacionais inclusivos.

Com o rompimento do milênio tivemos três leis e uma política bastante importantes, são estas a Lei de Acessibilidade (2000), Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a Lei de Libras (2002) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva que foram criadas pois ainda não se tinha uma mudança atitudinal pelo fato de ainda haver preconceito e estas leis vieram para que a inclusão de fato acontecesse, até que em 2011, finalmente os alunos com deficiência foram mandados para escolas regulares. Também na introdução foi esclarecido sobre os termos “cego” e “pessoa com deficiência” e explanado um pouco sobre baixa visão e cegueira e os tipos de cegueira até que finalmente conhecemos um pouco sobre o Instituto dos Cegos da Paraíba em si.

No segundo ponto, comenta-se um pouco sobre o ensino de língua estrangeira, onde é exposto primeiramente as diferenças dos alunos a serem consideradas, a começar pelo preconceito que estudantes com deficiência ainda sofrem, ou seja, sua diferença não está sendo respeitada. Além disso, também é preciso ser levado em consideração pelo professor os diferentes tipos de inteligência e estratégias de aprendizagem de cada aluno. Em seguida, foi explorado algumas estratégias de aprendizagem de inglês como língua estrangeira para alunos cegos com alguns exemplos onde exploramos as quatro habilidades (*writing, speaking, listening e reading*).

Com isso chega-se ao terceiro tópico, onde tratamos de materiais didáticos, primeiramente entendendo o que é um material didático numa visão mais geral e em seguida vamos para uma visão mais específica, onde são explorados os auxílios que um aluno com deficiência visual pode vir a precisar e em seguida a acessibilidade nas escolas regulares até que finalmente chega-se ao ponto-chave da pesquisa: materiais didáticos no Instituto dos Cegos da Paraíba, onde é exposto o que o local disponibiliza para os alunos nas aulas de inglês e também materiais produzidos pelo professor.

Dito isso, concluo em primeiro lugar que, é importante que pessoa com deficiência, de qualquer tipo, seja sempre estimulada a ser um sujeito independente, vencendo seus medos, ultrapassando barreiras, nunca sendo negligenciada pela família e muito menos motivo de vergonha para os mesmos. Em segundo lugar, é necessário que o professor tenha em mente que cada aluno seu carrega diferentes histórias, personalidades, inteligências e estratégias de aprendizagem e que é preciso respeitar essas diferenças. Também ressalto que um aluno que possui deficiência não deve ser, sob nenhuma circunstância, deixado ao descaso em sala de aula pelo educador.

Para encerrar, digo que o local não tem muito a oferecer para os alunos em se tratando das aulas de inglês, mas a professora tem sim, e é graças a ela que os materiais chegam nas mãos dos alunos. Isso se dá pois esta é uma profissional altamente capacitada, percebe-se que ama o que faz e planeja bem cada aula, sem contar que ela já ensina para cegos e baixa visão desde 2012. Mas e se por algum motivo esta professora sair do Instituto, o que será dos alunos? Eles receberão uma professora tão capacitada quanto? Essas perguntas (e as faltas de respostas) nos mostram que o incrível material didático ao qual os alunos têm acesso é graças a professora e não ao local em si.

REFERÊNCIAS:

MAGALHÃES, M. *A cultura de aprender E/Ledo aluno cego: um olhar para a inclusão*. Brasília, 2009. 186 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

BANDEIRA, D. Material Didático: conceitos, classificação geral e aspectos da elaboração. In: BANDEIRA, Denise. *Material Didático*. Curitiba: IESD, 2009. p. 13-33.

ARRUDA, Paula; CARVALHO, Silvia; DOMINGUES, Selma; SÁ, Elizabeth; SIMÃO, Valdirene. *Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*. Brasília, 2010. 60 p. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará.

DANTAS, T. *Direito das pessoas com deficiência à educação: evolução das políticas públicas e do marco legal*. João Pessoa, 2010. 55 p. Monografia – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

FONTANA, M. Novas Tecnologias e Novos Olhares: um caminho para a inclusão e pessoas com deficiência visual. In: MEDRADO, Betânia. *Deficiência Visual e Ensino de Línguas Estrangeiras: políticas, formação e ações inclusivas*. Campinas: Pontes, 2014. p. 57-75.

MALTA, Gleiton. Estilos e Estratégias de Aprendizagem do(a) Aluno(a) Cego(a) Aprendendo/Adquirindo Língua Estrangeira: um estudo de caso. In: MEDRADO, Betânia. *Deficiência Visual e Ensino de Línguas Estrangeiras: políticas, formação e ações inclusivas*. Campinas: Pontes, 2014. p. 77-99.

MEDRADO, Betânia. Diálogos, ações e desafios: os caminhos de um projeto de pesquisa. In: MEDRADO, Betânia. *Deficiência Visual e Ensino de Línguas Estrangeiras: políticas, formação e ações inclusivas*. Campinas: Pontes, 2014. p. 21-31.

GAMA, Maria – Homem de Mello - A Teoria das Inteligências Múltiplas e suas implicações para Educação, 1998 [Internet]. Disponível em <<http://www.homemdemello.com.br/psicologia/intelmult.html>> . Acesso em: 02/04/2017

MARQUES, José – ibc coaching – O que é Inteligência Intrapessoal?, 2016 [Internet]. Disponível em <<http://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/o-que-e-inteligencia-intrapessoal/>>. Acesso em 05/04/2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Projeto Livro Acessível, 2016 [Internet]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17435-projeto-livro-acessivel-novo>>. Acesso em 29/04/2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Estado e Municípios Receberão 10 mil salas de recursos multifuncionais, 2016 [Internet]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32715>>. Acesso em 01/05/2017.

CRISTINE, Ellen – mundo educação – Educação para Jovens e Adultos (EJA), 2017 [Internet]. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/educacao-para-jovens-adultoseja.htm>>. Acessado em 02/05/2017.

DitanGo, 2017 [Internet, disponível também em Android e iOS]. Disponível em <<http://ditango.com.br/>>. Acessado em 30/05/2017.